

MULHER E VIOLÊNCIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL*

BARBARA MUSUMECI**

Este artigo trata das mulheres encarceradas no estado do Rio de Janeiro, focalizando as variações no volume da população carcerária feminina nos últimos 12 anos e as experiências de violência por que passam as presas ao longo da vida. Os dados aqui apresentados baseiam-se em 524 entrevistas realizadas junto às mulheres presas no Presídio Nelson Hungria, na Penitenciária Talavera Bruce e no Instituto Penal Romeiro Neto, em dezembro de 1999 e janeiro de 2000 — uma pesquisa de caráter quase censitário, considerando-se que era de 633 mulheres a população prisional total estimada à época pelo Departamento do Sistema Penitenciário — DESIPE (incluindo as que cumprem pena em delegacias espalhadas pelo estado e as que estão nos manicômios judiciários).¹

A população carcerária feminina do Rio de Janeiro

Q. tem 26 anos e nasceu em uma penitenciária, quando a mãe e o pai estavam presos. Criou-se na rua. Sua mãe é alcoólatra e a irmã é viciada em cocaína, assim como ela própria. Sofreu violência sexual por parte do irmão. Tem 4 filhos de diferentes companheiros, um dos quais foi doado. Os outros estão "espalhados". Um dos irmãos e os quatro ex-companheiros foram assassinados. Quando foi presa estava construindo uma casa na calçada, formada de papelão e madeira. No presídio não recebe visita de ninguém. Quando sofria violência por parte dos companheiros pedia ajuda ao posto de saúde, a uma psicóloga e ao "vagabundo do morro". Foi asfixiada com saco plástico pela polícia. Aspirações: terminar casa na rua e arrumar emprego "que não seja na droga".

* Este texto contou com a colaboração fundamental de Leonarda Musumeci, a quem gostaria de agradecer muito especialmente.

** Pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes.

¹ A pesquisa *População carcerária feminina do Rio de Janeiro* foi realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), sob coordenação de Barbara Musumeci Soares e Iara Ilgenfritz, contando com apoio da Fundação Ford.

No início do século XX, acreditava-se que as mulheres cometiam menos crimes do que os homens por estarem confinadas ao espaço doméstico, longe do mundo do trabalho e das tentações das ruas, prevendo-se que sua participação cada vez maior na esfera pública corresponderia a um aumento expressivo da criminalidade feminina. Mas, ao contrário dessas previsões, as mulheres continuam tendo hoje uma participação muito pequena nas estatísticas criminais e prisionais, mesmo depois de terem ocupado o espaço público e vencido as supostas barreiras protetoras do mundo privado. Apesar de estarem integradas ao mercado de trabalho tanto quanto os homens (embora com menores salários) e de terem-se tornado razoavelmente independentes, econômica e socialmente, o percentual de presas permanece praticamente o mesmo ao longo de todo o século XX. Como explicar o fato de as mulheres, confrontadas às mesmas dificuldades financeiras e sociais dos homens, raramente praticarem os tipos de

crimes que levam os homens à cadeia, normalmente atribuídos à pobreza, à falta de perspectivas, à falta de acesso aos recursos sociais básicos?

Entre 1988, quando foi realizado o primeiro censo penitenciário no estado, e 1999/2000, a população carcerária feminina do Rio de Janeiro cresceu 132% em números absolutos (36% a mais que a masculina) e a taxa feminina de encarceramento (número de presas em cada cem mil mulheres com 18 anos ou mais de idade) aumentou 85% (27% a mais que a masculina).² Mas, mesmo assim, as mulheres continuam representando uma parcela muito pequena da população carcerária fluminense (3,7%), tendo sido irrisório o aumento dessa participação entre as duas pesquisas (em 1988, era de 3,2%). Observa-se, portanto, que o crescimento do número de mulheres encarceradas em 12 anos, embora percentualmente superior ao dos homens, ocorre em uma escala inteiramente diversa: enquanto a elevação de 132% na quantidade de presas significa 360 mulheres adicionais, o aumento de 96% da população carcerária masculina corresponde a 7.974 homens a mais nas unidades do sistema penal.

O acréscimo da quantidade de presas na última década deve-se sobretudo ao aumento do número de mulheres condenadas por posse, uso e tráfico de drogas (crimes que, em 1988 correspondiam a 32,6% das condenações e em 2000 passaram a representar 56%). Em parte, pode-se atribuir essa elevação ao crescimento real do tráfico de drogas no estado, mas ela também reflete a centralidade conferida à política de repressão às drogas, especialmente no governo Marcello Alencar (1995-1998), e ao fato de as mulheres em geral ocuparem posições subalternas ou periféricas na estrutura do tráfico, tendo poucos recursos para negociar sua liberdade quando capturadas pela polícia. Ao serem perguntadas sobre o lugar que ocupavam no tráfico, 78,4% das presas condenadas por esse delito referiram-se a funções subsidiárias ou a situações equívocas que, por infortúnio, as teriam levado à prisão. Boa parte se definiu como “bucha” (a pessoa que é presa por estar presente na cena em que são efetuadas outras prisões), como “consumidora”, como “mula” ou “avião” (transportadora da droga), como “vapor” (que negocia pequenas quantidades no varejo) e como “cúmplice” ou “assistente/fogueteira”. Algumas mulheres se identificaram como “vendedoras” — sem especificar em que escalão se situavam — e apenas uma pequena parte delas utilizou expressões que sugerem papéis mais centrais, como: “abastecedora/distribuidora”, “traficante”, “caixa/contabilidade”, “gerente” e “dona de boca”.

As mulheres presas no Rio de Janeiro são mais jovens que a população adulta do estado (76,1% das presas têm entre 18 e 39 anos de idade, enquanto, na população feminina adulta, essa proporção é de 46,7%, segundo a PNAD de 1999). As não-brancas (pretas e pardas) também estão sobre-representadas na população carcerária: 56,4%, contra 35,4% na população feminina adulta do estado. Baixa escolaridade é outra característica marcante do universo prisional: mais de dois terços (68,5%) das mulheres encarceradas nunca frequentaram escola ou não chegaram a completar o primeiro grau, enquanto menos da

2
A taxa de encarceramento — feminina e masculina — considera apenas a população adulta (18 anos ou mais), pois é a única passível de reclusão nas unidades do Sistema Penitenciário.

metade (41,2%) da população feminina adulta do Rio de Janeiro apresentava níveis tão baixos de instrução no mesmo período.

Apenas 28,8% das prisioneiras são casadas ou amigadas, mas 84% têm ou tiveram pelo menos um filho; 94,1% das mulheres possuíam ou haviam possuído alguma ocupação remunerada antes de serem presas, com maior frequência em atividades de baixa qualificação e baixa remuneração no setor terciário (serviço doméstico e comércio). A maioria das presas (54%) disse ter começado a trabalhar antes dos 16 anos de idade, sendo que 24,6% começaram antes dos 13 anos de idade. No total da população feminina, segundo a PNAD 1999, essas percentagens, são, respectivamente, de 36,3 e de 13,6%, ou seja, a experiência de ingresso precoce no mercado de trabalho é mais freqüente entre as presas do que entre as demais mulheres do estado – o que explica, ao menos em parte, os níveis mais baixos de instrução verificados entre as primeiras (1/3 das presas alegaram a necessidade de trabalhar como principal motivo para o abandono dos estudos).

Trajetórias de Violência

H. nasceu na penitenciária. Nunca morou com pais, avós ou parentes. Viveu a maior parte da infância e da adolescência nas ruas, com muitas passagens pela D.P.C.A., pelo Juizado da Infância e da adolescência e por abrigos, de onde sempre fugia por receber castigos severos e sofrer espancamentos. Parte da família é alcoólatra e um dos irmãos é viciado em drogas. Dos 11 irmãos, 4 foram assassinados, assim como dois dos companheiros que teve na vida. Tem uma filha com 7 anos mas não sabe seu paradeiro. Não sabe ler nem escrever. Aprendeu apenas a assinar o nome e nunca freqüentou escola. Começou a furtar aos 8 anos, até ser presa, o que aconteceu 3 vezes. Sofreu violência do companheiro de quem chegou a receber um tiro. Jamais pediu ajuda, por temer a reação do parceiro. Ao ser presa pela última vez, estava grávida e abortou a criança, como consequência dos maus tratos perpetrados pelos policiais. Foi espancada e asfixiada. Quando sair da prisão, sonha em ter uma casa, encontrar a filha e dar-lhe “amor de mãe”.

A trajetória das presas no estado do Rio de Janeiro praticamente se confunde com histórias de violência. São poucas as mulheres que não foram, em algum momento anterior à prisão, vitimadas pela violência (física, psicológica ou sexual) dos responsáveis, dos parceiros e/ou de agentes da lei. Apenas 4,7% chegaram à prisão sem trazer na bagagem uma experiência prévia de vitimização.

- Mais de 95% foram vítimas de violência em alguma das seguintes situações:
 - a) na infância, por parte dos responsáveis;
 - b) na vida adulta, por parte dos maridos/companheiros e
 - c) quando foram presas, por parte de policiais civis, militares ou federais;
- 75% das presas sofreram violência em pelo menos duas dessas situações e 35% nas três circunstâncias;

- Do total de presas, 72% disseram ter sofrido violência física, psicológica ou sexual na infância; 74,6% foram vítimas de um ou mais desses tipos de agressões no casamento; 57,1% disseram-se vitimadas em ambas as situações.

Isso não significa que tais experiências possam ser consideradas indutoras da criminalidade ou diretamente responsáveis pela entrada das mulheres no sistema penal, pois certamente a maior parte das vítimas de agressão, assim como das dependentes de álcool e de outras drogas, está fora das cadeias e penitenciárias. O que os dados mostram é que a prisão, tanto pela privação da liberdade, quanto pelos abusos que ocorrem em seu interior, parece ser apenas mais um elo de uma cadeia de múltiplas violências que conformam a trajetória de uma parte da população feminina.

A tabela a seguir resume o quadro dramático da violência doméstica vivido pela grande maioria das presas.

Relatos de Violência Doméstica (Física, Psicológica ou Sexual) Sofrida pelas Mulheres Presas — 1999/2000*

	N ^o	%
Sofreu Alguma Forma de Violência Perpetrada pelos Responsáveis	377	71,9
Sofreu Alguma Forma de Violência Perpetrada pelo Marido/Companheiro	391	74,6
Sofreu Alguma Forma de Violência Perpetrada tanto por Responsáveis quanto pelo Marido/Companheiro	299	57,1
Sofreu Violência Física por Parte dos Responsáveis	358	68,3
Sofreu Violência Psicológica por Parte dos Responsáveis	168	32,0
Sofreu Violência Sexual por Parte dos Responsáveis	59	11,2
Sofreu Violência Física por Parte do Marido/Companheiro	218	41,6
Sofreu Violência Psicológica por Parte do Marido/Companheiro	389	74,2
Sofreu Violência Sexual por Parte do Marido/Companheiro	94	17,9

(*) A pergunta admitia mais de uma resposta

Nesse cenário, não surpreende o fato de a violência ter sido também uma resposta freqüente às situações de vitimização doméstica: 49,8% das mulheres agredidas reagem às investidas do parceiro de forma violenta, seja agredindo, jogando coisas sobre ele, quebrando coisas, revidando, ameaçando com faca/revólver/álcool, ou tentando matá-lo; 12,5% confrontavam psicologicamente o parceiro (“ameaçava”, “mandava-o embora”, “fazia o que queria”, “não obedecia”, “saída de casa”, “discutia”, “xingava”); 4% se defendiam, argumentavam e conversavam, e 33% disseram nunca ter reagido.

G. Tem 10 irmãos, três assassinados e um desaparecido. Acusou o policial que matou seu irmão e foi quase sempre perseguida. O policial foi preso e condenado. Ela trabalhava no tráfico, guardava as drogas. Seu companheiro era traficante, dono da boca. Sofreu violência no Juizado da Infância e Adolescência e apanhou de palmatória em duas passagens pelo abrigo. É consumidora de cocaína. Os policiais quebraram tudo dentro da sua casa e ainda espancaram a filha pequena. Sofreu muita violência do companheiro, até que um dia reagiu e queimou-lhe o corpo. Diz que, quando sair da prisão, quer matar o policial.

Além das agressões físicas, sexuais e psicológicas diretamente sofridas ao longo da existência, é muito elevada a proporção de mulheres que experimentaram perdas violentas de parentes próximos e/ou de parceiros conjugais: 108 presas (20,6% do total) tiveram no mínimo um irmão assassinado, 162 (31%) tiveram pelo menos um companheiro morto por homicídio e 50 (9,5%) tiveram ao mesmo tempo um ou mais irmãos e um ou mais companheiros assassinados. Isso retrata o ambiente de violência em que muitas dessas mulheres estavam imersas antes da prisão, devendo-se notar ainda que 31% das mulheres disseram que seus maridos ou companheiros também se encontravam presos no momento da pesquisa, a maioria deles (57%) condenada por tráfico de drogas.

Violência do Sistema de Justiça Criminal

C. tem 25 anos e seu sonho é ser modelo. Está sempre pedindo beijos e abraços. Menina de rua, fazia parte de um projeto social quando foi presa. Teve dez irmãos, dois dos quais assassinados. A Polícia matou o irmão que era traficante e jurou de morte toda a família. A mãe fugiu, então, da favela com os outros filhos. Na pressa, esqueceu o filho mais novo, de nove anos, na creche. Os “vagabundos” por vingança o enforcaram. Quando fugiram da favela com a mãe, ficaram todos morando na rua e vivendo de pequenos furtos para sobreviver.

C. roubava e se prostituía com turistas em Copacabana. Aprendeu a roubar até de policiais e foi presa mais de cinco vezes. Passou pela D.P.C.A. mais de três vezes, pelo Juizado da Infância e da Adolescência e esteve recolhida mais de três vezes em abrigos. A última vez em que foi presa tinha roubado 275 anéis, porém só apareceram cinco diante do juiz, os demais desapareceram na Delegacia. Os policiais a espancaram na delegacia ao ponto de ela perder seus dentes, e ainda lhe pediram R\$ 10,00 como suborno. Tem problema de álcool e droga na família e cheira cola de sapateiro desde menina.

Quando se trata da violência policial, o cenário é igualmente assustador: 355 presas (68%) afirmam ter sofrido maus-tratos por parte de policiais, seja na Polícia Civil, Militar ou Federal. Desse total,

- 249 (70,3%) teriam sido espancadas,
- 50 (14,1%) teriam recebido choques elétricos,
- 298 (83,9%) teriam sido xingadas e humilhadas,
- 38 (10,7%) teriam sido abusadas sexualmente;
- 189 (53,2%) teriam sofrido ameaças de morte
- 52 (14,7%) teriam sofrido afogamento
- 189 (53,2%) teriam sofrido tentativa de suborno

- 189 (38%) teriam experimentado outras formas de maus tratos, como sufocação com uso de saco plástico, agressão física, roubo, tortura psicológica negligência e outras ameaças.

Claramente, a prática de torturas, agressões e ameaças contra as presas (e certamente também contra os presos) não constitui um desvio eventual e esporádico da ação policial, como sustentam muitas vezes os governantes e os comandantes das corporações. Trata-se, antes, de um procedimento padrão e, de certa forma, de uma política institucionalizada, na medida em que não se desenvolveram instrumentos eficazes para coibir essa modalidade de violência do Estado. Basta verificar o número de unidades policiais mencionadas pelas presas: ao todo, são 71 diferentes delegacias onde foram praticadas graves violações dos direitos humanos, para mencionar apenas a Polícia Civil.

A violência não se resume, contudo, à esfera das polícias. Setenta presas (13,4% do conjunto das entrevistadas) passaram por juizados da infância e da adolescência em algum momento de suas vidas. Vinte delas (30%) afirmam ter sido tratadas com brutalidade. Da mesma forma, as condições no sistema prisional estão longe de ser ideais. Ali também a violência faz parte do cotidiano das presas, embora em proporções menores do que na polícia. Há relatos de espancamento (9,0%), de torturas (7,3%) e de ameaças (17,4%) por parte de funcionários e funcionárias. Ao todo, 24% das presas se disseram vítimas de alguma violência praticada pelo(a)s funcionário(a)s do sistema.

J. é branca e tem 32 anos. Não sabe dos pais e não tem notícias da existência de irmãos. Foi criada pela madrasta, que a deixou em abrigos. Seu primeiro companheiro foi assassinado e o atual está preso também. Presa mais de uma vez por tráfico de drogas, sofreu maus tratos da polícia. Colocaram-na na viatura, algemada, com sua filha de três anos no colo, sofreu espancamento, ameaça de morte e asfixia.

A pesquisa mostrou, em suma, que a violência é uma presença constante na trajetória das mulheres encarceradas. O ciclo da violência, que se inicia na família e nas instituições para crianças e adolescentes, perpetua-se no casamento, desdobra-se na ação tradicional das polícias e se completa nas penitenciárias, para recomeçar, provavelmente, na vida das futura egressas. Na melhor das hipóteses, a prisão não ajuda a alterar o repertório de violência que a maior parte das presas acumulou ao longo de sua existência. Isso é particularmente grave se se considera que a maior parte das mulheres cometeu crimes não-violentos e poderia receber penas alternativas, secundadas por um conjunto de iniciativas de apoio à reinserção social e à elevação da qualidade de vida.